

Divisão Territorial do Rio Grande do Sul

Estudo realizado pela equipe:

Direção: **Prof. Hans A. Thofehn**
Bacharel e Licenciado em Geografia

Colaboradores: **Maria Luiza Lessa de Curtis**
Bacharel e Licenciada em Geografia
José Alberto Moreno
Bacharel e Licenciado em Geografia

CONCEITO DE DIVISÃO ADMINISTRATIVA.

Consumada a formação do território estatal torna-se necessário subdividi-lo em unidades administrativas graduais, através das quais se realize a administração central, empenhada no bem-estar do todo.

Esta divisão deve processar-se de maneira orgânica, a fim de que cada célula do corpo administrativo se apresente de forma homogênea, garantindo, assim, o perfeito funcionamento do organismo. Sempre que suceder a subdivisão desordenada de alguma das células, rompe-se o equilíbrio orgânico, resultando em quisto maligno no corpo administrativo, levando-o ao colapso. A desigualdade entre as unidades administrativas anulam, de princípio, o sistema da hierarquia, elemento basilar da administração pública. É lógica, a impossibilidade de um princípio hierárquico entre elementos heterogêneos da mesma classe, bem como é impossível a coexistência harmônica de células gigantes e anãs. Ora, tudo que não é orgânico é monstruoso: repugna a inteligência e à estética, estando inibido de funcionamento.

Num tecido entumecido, não pode haver circulação conveniente e a corrente administrativa não chegará aos seus fins últimos.

A analogia orgânica em administração constitui, hoje, o elemento fundamental nas Faculdades de Ciências Políticas, já que a administração pública é um fluxo de orientação emanado de um centro governamental, visando a tradução, para a realidade, do planejamento de medidas e providências que passam, gradativamente, pelas unidades e subunidades da administração até atingir o próprio indivíduo e ascultar o refluxo da opinião pessoal, tornada em opinião pública, através da confluência do sistema cir-

culatório ao centro governamental. Para a aquilatação da repercussão das iniciativas governamentais, a administração vale-se do conhecimento geográfico do meio ambiente e da estatística especializada. A repercussão de medidas administrativas varia com a natureza da ecologia geográfica regional, a qual, por sua vez, também estrutura o meio social. Por isto, é de especial importância o conhecimento tanto das condições ecológicas da célula administrativa, como dos fatores geográficos que determinam sua delimitação no espaço administrativo, uma vez que não se compreende administração científica que não tenha passado primeiro pelo estudo da Geografia.

Não se deve, também, confundir «Descrição de divisas municipais» com «Divisão Administrativa». A descrição de divisas é apenas um processo técnico, do qual se vale a metodologia geográfica para delimitar as áreas cuja interrelação física e humana estabeleceu cientificamente. De nenhuma maneira deve se fazer prevalecer, na escala de valores, um processo subsidiário sobre os métodos científicos basilares, sob pena de circunscrever áreas de feições e interesses tão diversificadas, que tenham impedidas, de início, o seu funcionamento como célula administrativa.

Nestes termos, podemos definir a divisão territorial como «A DIVISÃO DO TERRITÓRIO ESTATAL EM PARCELAS E SUBPARCELAS EQUIVALENTES, DESTINADAS A FAZEREM CHEGAR A ADMINISTRAÇÃO AO SEU ALCANCE ÚLTIMO».

NECESSIDADE DA GEOGRAFIA NA DIVISÃO TERRITORIAL :

A divisão administrativa, ao definir as células como equivalentes, envolve, de imediato, um conceito geográfico. Equivalências não sig-

nifica lhanamente igual tamanho e recursos iguais. A equivalência é um conjunto de condições e atividades que tornam as células equipotentes, dentro de uma ecologia funcional. A avaliação das condições e das atividades da parcela administrativa, levando a conclusões que possam recomendar sua subdivisão, é campo de geografia pura, e somente através desta ciência pode ser convenientemente estudada. A administração esclarecida utiliza-se daqueles estudos para, através do conhecimento real do meio ambiente, atingir o seu grau de eficácia. É por isto que, no acultramento de uma paisagem, o geógrafo precede ao administrador. O estatístico, por sua vez, é o instrumento do administrador para verificar a repercussão das medidas políticas e administrativas no meio ambiente.

CONCEITO DE ÁREA:

A atividade do geógrafo na divisão administrativa inicia com a conceituação de área. É desavisado confundir área igual com equivalência territorial. A lei simplória poderá determinar área de «n» quilômetros quadrados para todas unidades administrativas, indistintamente, e, apesar disto, criar um quadro dos mais heterogêneos possíveis.

Comparando, por exemplo, a área da Noruega com a da Alemanha, verifica-se serem as mesmas bastantes semelhantes em valor numérico. Daí far-se-á um precipitado cálculo de densidade populacional de «n» habitantes por quilômetros quadrados:

DENSIDADE ABSOLUTA

NORUEGA

Área: 324.000 Km², População: 33.400.000 hab.

DENSIDADE POR Km² 10,1/3 hab.

ALEMANHA

Área: 356.000 Km², População 66.300.000 hab.

DENSIDADE POR Km² 18,2/3 hab.

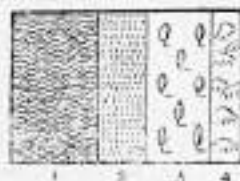
Do cálculo acima depreende-se que a Alemanha tem quase o dobro, em densidade populacional da Noruega.

No entanto, analisando a paisagem geográfica de ambos os países, tem-se o seguinte quadro:

NORUEGA

ALEMANHA

DENSIDADE RELATIVA



NORUEGA:

- 1 — Terras de agricultura 2,5%
 - 2 — Terras de pastagens.. 1%
 - 3 — Terras de matas 23% 26,5%
 - 4 — Terras montanhosas 73,5%
- Terras aproveitáveis: 26,5% de 324.000 km²
= 90.630 km²; Pop. 33.400.000 hab.

ALEMANHA:

- Densidade relativa por km² 36,8 hab.
- 1 — Terras de agricultura 38,5%
 - 2 — Terras de pastagens.. 20%
 - 3 — Terras de matas 28% 86,5%
 - 4 — Terras montanhosas 13,5%
- Terras aproveitáveis 86,5% de 356.300 km²
= 307.940 km²; Pop. 66.300.000 hab.

Densidade relativa por km² 21,1/2 hab.

Nota-se que à luz do estudo geográfico da área, o problema toma caráter praticamente inverso: enquanto a densidade absoluta indica quase o dobro de habitantes por quilômetros quadrados em favor da Alemanha, a densidade relativa prova que a Suécia tem, realmente, densidade superior em 59%. É, pois, fora de dúvida que «DENSIDADE ABSOLUTA» é falha de expressão geográfica, levando, muitas vezes, a conceitos completamente diversos da realidade.

Assim, como a determinação da área relativa requer o trabalho de um geógrafo experimentado, a própria determinação do valor da área é incumbência do bacharel em geografia, treinado em cartografia.

A avaliação correta das áreas requer, como base, um mínimo de medições geodésicas e topográficas, expressas nas cartas geográficas sob forma de pontos astronômicos, vértices de triangulação e poligonais. Estas cartas geográficas são construídas dentro de um sistema de graus de longitude e latitude que correspondem aos meridianos e paralelos do geóide, projetado no plano mediante um determinado sistema de graticula. Cada sistema, que representa os acidentes da terra curva sobre o plano, incorre em certas deformações não podendo conservar mais do que uma das condições de realidade: ora representa as áreas iguais (equivalente), ora os ângulos idênticos (conforme), ou então as distâncias verdadeiras (equidistantes).

A fim de avaliar uma área com a devida precisão, é necessário saber reconhecer os diferentes tipos de projeção, escolhendo, dentro das graticulas do grupo equivalente, aquela que melhor sirva aos propósitos em tela. A avaliação de área propriamente dita far-se-á pelos processos usuais de integração da graticula, pesos relativos, contagem eletrônica, etc. tomando-se sempre o máximo cuidado durante os procedimentos, já que o fator área, absoluta ou relativa, é fundamental para a investigação geográfica.

FATORES QUE COMPOEM UMA PAISAGEM GEOGRÁFICA.

Entende-se por «paisagem geográfica» (environmental landscape) aquela que apresenta certas interrelações físicas e humanas que lhe emprestam característica de unidade. Uma paisagem geográfica não necessita ter igual estrutura geológica, idênticos fatores de clima ou participar da mesma bacia fluvial; basta ter interrelações de ordem geográfica e econômica que acabem por gerar uma certa unidade de problemas e interesses dentro de uma região, diferenciando-a de outras. São, por exemplo, fatores de unidade: a existência de ferro, de um lado, e as jazidas de carvão, de outro. São dois polos de mútua atração; sem carvão não há industrialização do ferro; as duas paisagens acabam por construir um sistema de comunicações, participando de um determinado tipo de industrialização e, se são suficientemente próximas, acabarão por constituir uma só paisagem geográfica. A paisagem geográfica pode ser, pois, tanto o produto de relação física, como da interrelação geo-humana. A paisagem geográfica poderá ser subdividida em zonas, contendo outras menores, de semelhanças mais pronunciadas, e estas, em unidades menores, de interrelações imediatas, com as quais são constitui-

das, quando a administração pública dispõe de necessário discernimento geográfico, em unidades administrativas, caracterizadas entre nós como municípios. O município é ou deveria ser, portanto, a sub-divisão política de uma paisagem geográfica, onde as interrelações com o meio-ambiente e dos homens entre si se constituem em uma certa unidade de interesses e de processos de atuar sobre aquele meio.

O PROBLEMA DA ANÁLISE DA PAISAGEM

* 1

A paisagem geográfica, devido à sua complexidade, não, pode ser compreendida, em seu conjunto, pelo homem. Este é como uma formiga num tapete: conhece bem o lugar em que se encontra, mas ignora o todo. Por isto, o geógrafo utiliza-se dos processos da **ANÁLISE**, através dos quais realiza a observação, formula hipótese, pratica a experimentação e faz a generalização, chegando, assim, à **SÍNTESE**, que é o objetivo do estudo geográfico. A síntese dos fatos geográficos torna inteligível ao leigo as condições geográficas da paisagem, sob forma de texto lógico ou de mapas cartográficos.

Sendo a geografia uma ciência de intuição, somente em contato com a paisagem pode ser estudada.

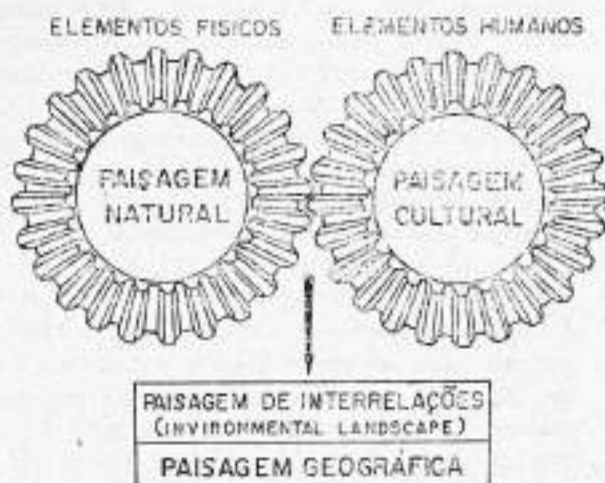
A metodologia analítica, na Geografia, compreende um sem número de processos. Apenas para evidenciar a temeridade do que constitui a lida com assuntos de Geografia, por elemento sem a necessária formação, far-se-á breve referência a alguns daqueles processos.

De forma muito geral, a análise da paisagem se divide em três grandes partes:

- | | | |
|---------|---|-----------------|
| Análise | { | a) de posição |
| | | b) da paisagem |
| | | c) das relações |

ANÁLISE DE POSIÇÃO:

Preocupa-se com a situação astronômica e relativa da paisagem. A latitude de uma região é fator determinante para um grande número de condições físicas da paisagem. Fatores determinantes do clima são entre outros: a incidência angular da radiação solar, e altitude, a maritimidade os ventos sistemáticos, as correntes etc. Lugares situados em diferentes altitudes e latitudes, por exemplo um lugar «A», à altura do nível do mar, aos 30° de latitude, e outro «B», aos mil metros de altitude, na latitude dos 15° poderiam apresentar idênticas condições dos fatores secun-



dários: ter clima idêntico, devido à diferença em altitude, segundo o antigo conceito de que a altitude pode CORRIGIR a latitude. Todavia, as condições físicas NUNCA podem ser iguais em latitudes diferentes, nem teoricamente. *2 Admitindo que sejam perfeitamente iguais as condições de situação relativa (igual maritimidade, ventos sistemáticos, geologia, etc.) de ambos os lugares, e supondo que, devido a diferença em altitude, em «B», nos 15°, e, em «A», nos 30°, reine igual clima, o colonizador ingênuo poderá pensar em transferir um contingente humano dos 30° para os 15°, julga: do que aquele contingente não irá experimentar modificações físicas de espécie alguma, dispensando, assim, os processos de adaptação ao meio. No entanto, o contingente humano transferido dos 30° para os 15° de latitude experimenta modificações pronunciadas, entre elas o aumento da pressão sanguínea, menor duração do ciclo vital e consequente mudança de atitudes (*Gestaltveränderung*). Eis que a terra gira *3 com a velocidade de 1669,5 quilômetros horários no equador e zero quilômetro nos polos. Isto quer dizer que o homem, nos 15°, participa de um movimento rotativo de 1616,7 quilômetros por hora, e, nos 30°, seria sujeito a uma velocidade menor, ou seja 1446,9 quilômetros horários. Conforme o conceito Einsteineano, a densidade da massa é relativa à velocidade e ao tempo, segundo a fórmula:

$$m = \frac{m^0 \text{ gramas}}{\sqrt{\frac{1-v^2}{c^2}}}$$

onde m é a massa, m^0 as gramas de um corpo em repouso, v a velocidade com que se move e c a velocidade da luz. Assim, segundo a teoria da relatividade, uma barra provida de relógio, que se desloca a 270.000 quilômetros por segundo, encurta-se-á para a metade, sua massa duplicar-se-á, e o seu relógio marcará o tempo a razão de 30 minutos por cada hora terrestre.

Registrar-se-á, assim, com a mudança de latitude, uma desambientação acompanhada de modificações fisiológicas notáveis, as quais o moderno colonizador deve levar em conta. Também a mudança do hemisfério norte, de maior massa, para o sul, de menor massa, provoca alterações sensíveis.

Além da análise dos problemas da posição absoluta, os da «posição relativa», isto é, da situação da paisagem em relação a seus vizinhos, às fontes abastecedoras, aos mercados consumidores, etc., é de particular importância. Pouco

adiantará plantar trigo longe das comunicações com os centros consumidores ou em ciclo de amadurecimento que coincidem com a safra dos produtores de cultura mais intensa, em regiões privilegiadas.

ANÁLISE DA PAISAGEM *4

A análise da paisagem serve-se dos métodos mais diversos, dentre os quais se destaca o método dos PERFIS MULTIPLOS, pelo seu caráter científico e sua utilidade na análise dirigida para a quotação potencial da paisagem geográfica.

Para todo o processo geográfico, é fundamental a existência de bons mapas. Um território mal mapeado não permite o emprego dos métodos geográficos e estatísticos modernos e não poderá, por isto, beneficiar-se de uma administração pública racional. Modernamente, tem-se aplicado os processos de fotografia aérea e aerostereofotogrametria, no levantamento de mapas precisos de áreas extensas. A interpretação das fotografias aéreas permite, além da construção do mapa topográfico, a análise de solos, da ocorrência de minerais, da existência de água subterrânea, da geologia, trazendo, literalmente, o terreno para dentro do escritório.

Com base nestes mapas topográficos precisos, procede-se a quotação potencial da paisagem geográfica pelo processo dos perfis múltiplos.

ANÁLISE DAS INTERRELAÇÕES:

a) o processo da análise dos pendentes:

O processo da análise pelos pendentes interessa, particularmente, às práticas conservacionistas. Tanto para o processo das pendentes, como para o da frequência, serão indispensáveis mapas topográficos de precisão, com curvas de nível de equidistância de 10 metros ou menos. Para exemplificar utilizou-se uma carta topográfica levantada pelo processo aerofotogramétrico, do Serviço Geográfico do Exército, da várzea do rio Gravataí, na escala de 1:20.000. Com auxílio desta carta, foi construído um corte da várzea do rio Gravataí, de relêvo a relêvo, abrangendo toda a faixa de ação do rio. Estes cortes, dos quais somente um é exemplificado, devem ser feitos, no mínimo em seções de 1 Km, a fim de permitirem uma aquilatação real do terreno. Pronto o corte, procede-se a classificação morfológica da paisagem, registrando a sua extensão e declive. No corte que serve de exemplo, referente à planície do rio Gravataí, nota-se a seguinte divisão da esquerda para a direita: relêvo até o «Nickpoint», *5, o terraço cortado pelo rio *6

VARZEA DO RIO GRAVATAÍ
CORTE N-S À ALTURA DA PONTE DA CACHOEIRINHA
DIVISA ENTRE OS MUNICÍPIOS DE PALEGRE E GRAVATAÍ

METODO DOS PENDENTES

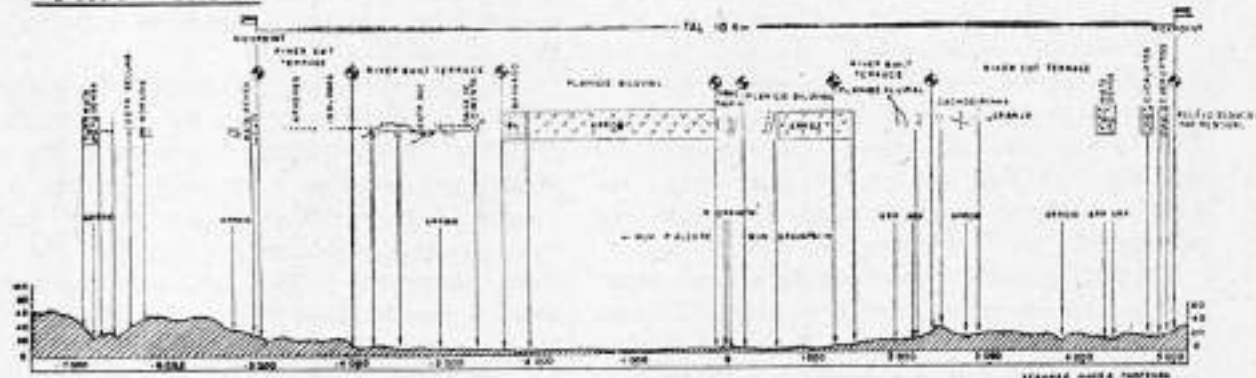
a) Processo da análise dos pendentes

e o construído pelo rio *7, a planície diluvial, o dique e o talveg, *8 e daí em diante as mesmas formas em sentido inverso, isto é: dique, planície, terraços e relêvo. Os pendentes médios, determinados no relêvo, e os dos terraços e da planície forneceram os elementos para a classificação conservacionista determinando o uso geral da terra segundo seus pendentes: *9 (veja ilustração) (pg. 81) segundo a classificação do SOIL CONSERVATION SERVICE DO US. Department of Agriculture. O «relêvo» enquadra-se na classe IV (8 a 5%) de culturas limitadas, relvas, florestas e caça; já os terraços e a planície são do tipo I, sem restrição conservacionista. Com o auxílio dos perfis múltiplos, classifica-se toda a paisagem de acôrdo com as práticas requeridas por cada tipo de capacidade.

b) Processo da análise da Frequência

Requer idêntico perfil e classificação, como o exemplo precedente. No lugar das percentagens figurarão, no entanto, os acidentes do terreno, tais como arrolos, estradas, vegetação, habitação, culturas, etc., cortadas pela linha do perfil (veja ilustração). Servindo-se da relação 1/1000 (por mil), serão contadas, em cada feição morfológica típica (terraços, planície, etc.), a frequência dos diferentes acidentes geográficos. Desta forma, poder-se-á obter, no exemplo, 1.4% como índice da frequência média da potamografia, o índice 4 para as rodovias, 6 para habitação etc.

VARZEA DO RIO GRAVATAÍ
CORTE N-S À ALTURA DA PONTE DA CACHOEIRINHA
DIVISA ENTRE OS MUNICÍPIOS DE PALEGRE E GRAVATAÍ

METODO DA FREQUENCIA

b) Processo da análise da frequência

Exemplo: Índice potamográfico; frequência:

CORTE A—B

Dir. (A) Rio Esq. (B)

CLASSIFICAÇÃO
GEOMORFOLOGICA

relêvo
 terraço cortado
 terraço construído ..
 planície diluvial ..
 dique

4 3
 2 1
 1 —
 1 —
 1 1

FREQUENCIA POR MIL

9 5

Média A
 Média total do perfil: 1,4‰

1,8 1,0 Média B
 (por mil)

A média do conjunto de perfis fornecerá o índice potamográfico da paisagem em exame, neste caso 1,4‰. Por sua vez, obtém-se a classificação geográfica da paisagem, através da combinação peculiar da intensidade dos diversos índices: potamográfico, viário, de habitações, etc.

APLICAÇÃO DOS PROCESSOS GEOGRÁFICOS
PARA O RIO GRANDE DO SUL

O Rio Grande do Sul, apesar de sua posição de um dos estados mais importantes da União, descuroou, por completo, do levantamento geográfico do seu território. Apesar do estado gaúcho achar-se quase totalmente aerofotografado, por serviços de levantamento diversos, nunca cuidou-se da elaboração de uma carta geral, em folhas, do Rio Grande do Sul, pelo menos na escala de 1:100.000, com isohipsometria máxima de vinte metros, apta a servir de base aos estudos geográficos regionais. Por falta deste trabalho básico e pela inexistência de uma equipe de geógrafos encarregada das pesquisas de campo, não tem o Estado do Rio Grande do Sul sido objeto de um planejamento nos moldes da moderna ciência geográfica.

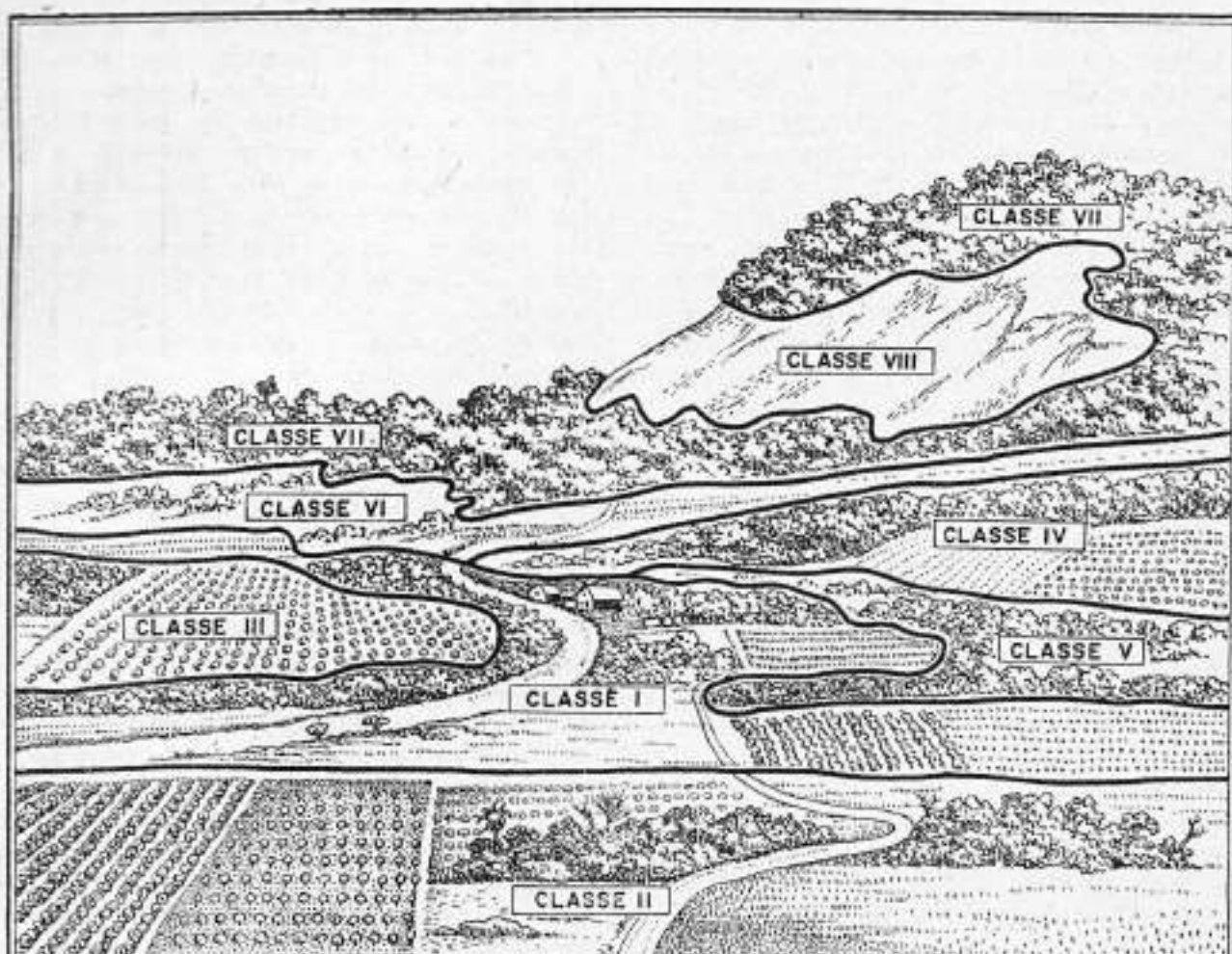
Particularmente a divisão administrativa do território gaúcho tem se ressentido da falta de estudos geográficos conduzidos em moldes modernos e científicos. A divisão administrativa tem se processado empiricamente, reunindo territórios heterogêneos e criando unidades que não reúnem, nem de longe, condições de equidade potencial para com os demais. Atualmente, no Rio Grande do Sul, são raros os municípios medianos. O quadro administrativo compõe-se em sua maioria, de municípios gigantes e anões; constituindo-se, assim, em inequidade administrativa, que é, consequentemente, promove a falência da norminação administrativa. Jamais figurou um geógrafo formado em qualquer «comissão da divisão territorial» no Rio Grande do Sul.

FINALIDADE DO PRESENTE TRABALHO

Existe, como foi patenteado pelo recente surto emancipacionista, a tendência de subdividir ainda mais as unidades administrativas, que já estão, presentemente, abaixo da média geral de potencialidade. Para dar à administração rio-grandense uma visão preliminar sobre a desigualdade potencial dos municípios rio-grandenses, organizou-se o presente estudo. Este trabalho pretende evidenciar as comunas que comportarão uma eventual subdivisão administrativa, os municípios de potencial mediano e as comunas abaixo do padrão potencial, as quais, de nenhuma forma, poderão ser objeto de perdas territoriais ou subdivisão.

A parte introdutiva visa esclarecer os processos geo-cartográficos necessários para realização de um trabalho desta natureza. Assim, para a avaliação da área relativa, isto é, a área realmente aproveitável, deveria ser usado, entre outros métodos, o processo da análise dos pendentes. Saber-se-ia, assim, a área útil para os diversos tipos de aproveitamento do território municipal. Para avaliar o potencial da paisagem, utilizar-se-ia o processo da frequência, ao lado dos métodos do reconhecimento geológico, pedológico e morfoclimático. Chegou-se, também, a estatuir, no decorrer da exposição da metodologia, a importância da latitude no estudo regional.

Acontece, porém, que os métodos propostos ainda não podem ser aplicados ao território rio-grandense, já que faltam mapas topográficos básicos e elementos de pesquisa geográfica fundamental, que permitam a prática de um estudo geográfico nos moldes exigidos. Em vista disso, passou-se, então a estudos experimentais sobre a possibilidade do uso de métodos indiretos, que conduzissem ao estabelecimento de «fatos geográficos» sobre a potencialidade dos municípios gaúchos.



CLASSES DE CAPACIDADE	USO GERAL DA TERRA SEGUNDO SEUS PENDENTES								
	< 50%	50% - 20%	20% - 15%	15% - 10%	10% - 8%	8% - 5%	5% - 2%	2% - 1%	1% >
	Capa	Florestas	Reivos limitados	Reivos moderados	Reivos intensos	Culturas limitadas	Culturas moderadas	Culturas intensivas	Culturas muito intensivas
I									
II									
III									
IV									
V									
VI									
VII									
VIII									

ADAPTADO DO "SOIL CONSERVATION SERVICE" POR HANS A. THOFERN

DESENHADO POR MIRON ZAIONG

O MÉTODO DA INTEGRAÇÃO POTENCIAL:

Após diversos ensaios chegou-se à conclusão que a potencialidade de uma unidade administrativa *12 municipal do Rio Grande do Sul encontra sua expressão através da integração da digressão das médias da moda dos fatores: área, população e renda. Estes fatores costumam completar-se e compensar-se embora na maior parte das vezes, o fator área seja apenas relativo. Todavia, os municípios industriais e coletores da produção devem ser objeto de estudo especial, em separado. Para isto, todos os municípios foram classificados em: agrícolas, pecuários, industriais e mistos, uma vez que cada uma destas condições requer atenção especial.

Como ponto de partida para os fatores potenciais: área, população e renda, tomou-se o valor normal no Rio Grande do Sul. O normal é aquilo que mais frequente ocorre, sem repugnar natural ou esteticamente. Assim, se dentro de um território a maior parte das pessoas tem um olho só, este defeito é normal à região, porém repugna naturalmente, já que é anormal com referência aos demais homens. Se num país uma deformação de caráter é normal, esta repugna, todavia, à ética. A normalidade se constitui, portanto, na ocorrência mais frequente do natural dentro dos moldes da estética.

ESTABELECIMENTO DAS MÉDIAS:

Aos municípios do Rio Grande do Sul ocorre, com mais frequência uma renda de Cr\$ 3.500.000,00 de impostos municipais, que constitui o normal, para este estado. Esta ocorrência não repugna, visto que os demais municípios da União também podem ser considerados, financeiramente, sãos com aquela renda, guardadas as proporções do meio ambiente. Como esta média é a média geométrica entre os dois extremos da tabela que com mais frequência ocorre na parte central, é ela chamada a «média da moda», (fls. 88 a 95)

Como elementos representativos foram escolhidos: a área absoluta, a população e a renda municipal, com as seguintes médias da moda:

Para fins da investigação geográfica, foi, então, fixado como município «normal» o de: 1.000 km de área, população de 31.000 habitantes e renda municipal de Cr\$ 3.500.000,00 anuais.

Construiu-se um gráfico com «barras», no qual figuram, em sequência, a área, a população e a renda municipal, representando, respectivamente, a área de 1.000 km², a população de 31.000 hab. e a renda municipal com Cr\$ 3.500.000,00 anuais, a percentagem de $O = N$. O que estiver acima da linha do «N» será digressão em excesso (-), o que se movimentar abaixo daquela linha será digressão por falta (+). A posterior integração destas três «barras» em uma só, constitui a barra «índice da potencialidade municipal».

Os municípios rio-grandenses, cuja barra de «índice da potencialidade» está próxima a $O = N$, serão considerados «normais», dentro das restrições feitas anteriormente. *12 O município «normal» é, ainda, considerado sob três aspectos: o normal homogêneo, o normal diferenciado e o normal divergente. Este não se enquadra como padrão de normalidade, não sendo, por isso, computado na relação das comunas normais. O normal homogêneo é aquele onde todos os fatores estão próximos a $O = N$ ou seja da média da moda. O normal diferenciado é o município onde os fatores são: ora positivos, ora negativos, compensando-se, porém, sem digressão significativa. O normal divergente é o município que possui grandes divergências entre os diversos fatores constituintes, os quais, embora expressem em sua integração uma potencialidade normal, não indicam, todavia, um município normalmente constituído. Os municípios normais divergentes devem ser, por isto, objeto de um estudo especializado.

Um município é considerado *13 normal homogêneo quando, tanto a «coluna índice», como os seus fatores componentes apresentam uma amplitude de digressão inferior ou igual a 50%, isto é, de 25% para mais até 25% para menos da média da moda.

Valores da moda:	{	ÁREA	1.000 km ²
		POPULAÇÃO	31.000 hab. (31 hab. por km ²)
		RENDIA MUNICIPAL	3.500.000,00 (Cr\$ 112,00 anual por hab.)

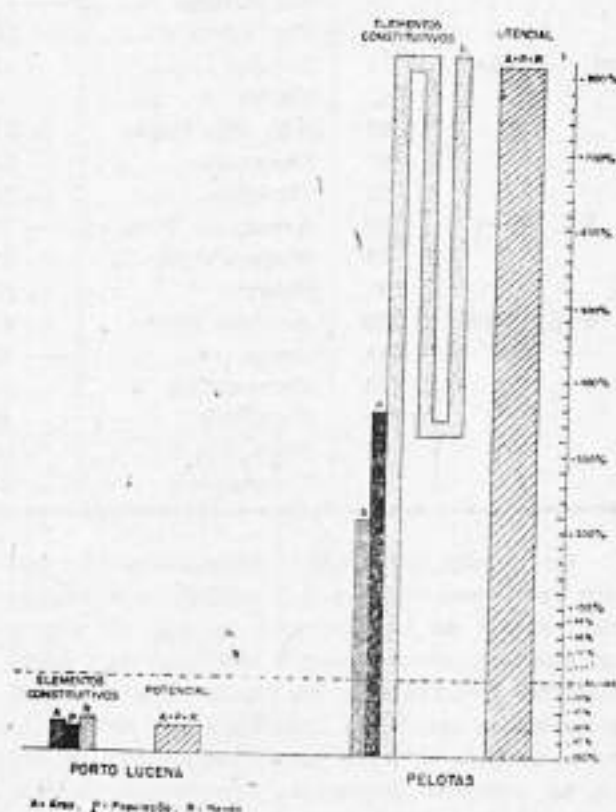
SÃO MUNICÍPIOS NORMAIS HOMOGÊNIOS:

Região	Nº de ordem	Municípios	Digressão da				Esp. Econ. (* 14)	Densidade demográfica hab. km ²
			área %	popul. %	renda %	potenc. %		
Depressão Central	12	Gravatá	— 15	— 1	13	— 1	PI	35,88
Missões	23	Cerro Largo	20	2	— 13	3	Ap	26,2
Alto Uruguai	57	Get. Vargas	— 14	— 21	19	— 5	AI	28,6
" "	60	Iraí	4	— 1	12	5	AI	29,4
" "	68	Três de Maio ..	16	1	— 6	3	API	27,1
Campos Cima Serra	72	Sananduva	— 3	— 18	— 17	— 13	AI	26,9
Encosta Nordeste ..	91	Candelária	— 22	4	— 25	— 14	API	23,2
" "	106	Sobradinho	12	14	24	17	API	31,7

Evidencia-se que o Rio Grande do Sul possui nove municípios «NORMAIS HOMOGÊNIOS». Estas comunas constituem uma espécie de protótipo dos municípios gaúchos. Analisando o quadro, notam-se em média, áreas de 1.000 km² com uma população de 31.000 habitantes, apresentando uma densidade de 31 habitantes por km quadrado. A renda municipal é de Cr\$ 3.500.000,00 anuais (dados ref. a 1955), cerca de Cr\$ 112,00 por habitante, ao ano. Predomina, acentuadamente, a agricultura como fator constante, imprimindo característica fisiocrata à economia Rio-grandense, garantia de uma posição de estabilidade econômica.

A economia *14 de fundo fisiocrático apresenta-se geralmente, de forma mista, isto é, acompanhada de pecuária e indústria. A indústria, nos municípios normais, consta, em sua maior parte, do manufaturamento dos produtos proporcionados pelos dois tipos de economia precedentes. É uma economia sólida e estática, com mercados internos e externos garantidos e permanentes.

Os municípios normais diferenciados ainda podem ser considerados como normais. Para este aceita-se uma amplitude de digressão da potencialidade de 100%, isto é, até 50% para mais ou 50% para menos, e de 150% da média da moda (75% para mais ou 75% para menos) nos fatores constitutivos da potencialidade.



EXEMPLO DE AMPLITUDE DA DIGRESSÃO:
Pelotas e Porto Lucena

SÃO MUNICÍPIOS NORMAIS DIFERENCIADOS:

Região	Nº de ordem	Municípios	D i g r e s s ã o da				Esp. Econ.	Densidade demográfica hab. km ²
			área %	popul. %	renda %	potenc. %		
Litoral	5	Torres	35	10	65	37	API	25,1
Depressão Central	10	Gal. Câmara	29	— 58	— 57	— 48	Ap	18,38
	11	Gal. Vargas	69	— 46	— 44	7	Al	11,60
	18	S. Pedro do Sul .	4	— 49	— 37	27	Al	15,23
	20	Taquari	— 29	— 1	16	— 5	API	39,42
	21	Triunfo	— 25	— 56	— 54	— 45	Al	18,15
Campanha	25	Jaguari	— 15	— 32	— 27	— 25	IA	24,40
Enc. do Sudeste	51	Tapes	44	— 19	12	12	IA	14,8
Alto Uruguai ...	52	Aratiba	— 31	— 19	— 57	— 36	Pat	41,1
	53	Criciúma	— 45	— 17	— 43	— 35	API	47,2
	55	Fred. Westphalen	5	10	— 57	— 14	Al	32,6
	56	Gaurama	— 46	— 42	— 9	— 32	IP	36,4
	58	Giruá	30	— 20	— 57	— 16	Ap	18,9
	59	Horizontina	8	— 24	— 35	— 17	Ap	22,0
	61	Marc. Ramos ...	— 19	— 9	43	5	Al	35,0
	66	Sto. Cristo	— 37	— 16	— 57	— 35	Ap	38,2
	67	Tte. Portela	26	— 12	— 57	— 14	API	21,8
Planalto Médio .	78	Ibirubá	— 12	— 40	— 25	— 26	API	21,2
	81	Marau	4	— 4	— 54	— 18	Iap.	28,5
	82	Não Me Toque .	— 33	— 55	— 46	— 45	A	20,1
	83	Panambi	— 18	— 43	— 25	— 25	Al	21,7
	86	Tapejara	— 16	— 26	— 57	— 33	API	27,3
Enc. Inf. Nord. .	89	Arroio do Meio .	— 28	— 12	19	— 7	API	36,2
	98	Nova Petrópolis	— 61	— 56	3	— 38	PI	34,7
	101	Rolante	— 60	— 40	— 47	— 49	Al	47,2
Enc. Sup. Nord.	109	Antônio Prado ..	— 47	— 58	— 38	— 48	Al	24,6
	111	Casca	— 47	— 52	— 53	— 49	AP	25,3
	113	Farroupilha	— 51	— 54	25	— 27	Ia	29,3
	115	Garibaldi	— 40	— 21	37	8	Al	40,5
	117	Nova Prata	16	2	43	20	API	27,3
	118	Veranópolis	— 17	— 25	— 31	— 24	API	28,0

Os municípios normais divergentes não podem ser considerados como unidade administrativa normal no Rio Grande do Sul, já que a sua aparente normalidade é resultado de valores bastante divergentes e anormais. Por exemplo, as comunas de Novo Hamburgo e Esteio, as quais, embora relacionadas condicionalmente entre as comunas potenciais, compensam a falta completa de extensão areal por grandes valores na arrecadação, não permitindo, assim, uma subdivisão territorial. Ainda predomina, na maior parte, a característica agrícola, secundada pela pecuária e pela industrialização crescente. Esta deriva em grande parte, dos próprios produtos agrícolas e pecuários.

Os municípios que constituem as unidades clássicas da divisão administrativa gaúcha, em número de 39, representam o tamanho e potencial de uma célula normal do organismo estatal.

Para assegurar a equidade orgânica do corpo administrativo, é aconselhável restringir as subdivisões de novas unidades municipais aos municípios que, por seu expoente potencial, tenham por potencialidade mínima o dobro da normal, isto é 100% a mais acima da normalidade. Para estes municípios, poderá ser considerado, após uma análise geográfica e econômica detalhada, a conveniência do seu desmembramento em novas unidades municipais. As comunas que não atingiram aquela norma de potencialidade só serão objeto de subdivisão depois do conjunto ter atingido homogeneidade e, com isto, surgir um novo padrão, provavelmente de menor área, maior população e renda.

São municípios de capacidade potencial para a subdivisão territorial os que tiveram índice potencial de 100 por cento ou mais, acima de $O = \langle N \rangle$, isto é, da média normal.

SÃO MUNICÍPIOS DE CAPACIDADE POTENCIAL ACIMA DE 100%

Região	Nº de ordem	Municípios	D i g r e s s ã o d a				Esp. Econ.	Densidade demográfica hab. km²
			área %	popul. %	renda %	potenc. %		
Litoral	1	Osório	225	56	102	127	API	14,9
	2	Rio Grande	194	179	1.320	564	Ip	29,45
	3	S. Vit. Palmar	429	— 47	39	140	P	3,08
Depres. Central	7	Cachoeira do Sul	558	232	585	458	AI	15,7
	15	Rio Pardo	238	38	135	137	AI	12,67
	16	Sta. Maria	237	196	526	320	Ia	27,16
	17	São Jerônimo	253	78	14	115	Ia	15,61
Missões	24	Itaqui	425	— 37	37	143	API	4,0
	26	Santiago	273	10	106	130	AP	9,17
	27	Sto. Angelo	385	128	280	264	Ia	14,59
Campanha	31	Alegrete	660	53	205	306	API	6,3
	32	Bagé	597	125	474	399	PI	10,0
	33	D. Pedrito	415	— 11	68	157	Pal	5,4
	35	Rosário do Sul	326	— 2	133	152	PI	7,1
	36	Santana Livram.	636	72	499	402	PI	7,2
	37	S. Gabriel	516	32	267	272	API	6,6
	38	Uruguaiana	536	74	242	284	API	8,5
	39	Caçapava do Sul	326	15	11	117	A	8,4
Serra Sudeste	40	Canguçu	281	103	30	138	A	16,7
	41	Encruzilhada Sul	368	40	9	139	A	9,3
	47	Camaquã	181	22	120	108	AI	32,9
	49	Pelotas	211	356	1.861	809	I	45,4
Alto Uruguai	50	S. Lourenço Sul	516	12	73	200	Aip	15,4
	54	Erechim	232	202	414	282	Ip	32,3
	62	Palm. Missões	329	109	80	173	AI	15,3
	64	Santa Rosa	7	64	231	101	AI	47,4
	65	Sarandi	249	100	129	159	AI	17,7
Missões	28	São Borja	611	33	99	248	AI	5,81
	30	S. Luiz Gonzaga	395	61	94	183	AI	8,11
Alto Uruguai	69	Três Passos	131	127	78	112	API	29,5
Campos C. Serra	71	Lagõa Vermelha	380	119	103	201	AI	14,1
	73	S. Franc. Paula	390	24	42	152	Ia	7,9
	74	Vacaria	505	51	92	216	AI	7,7
	75	Carazinho	74	22	268	118	AI	21,9
Planalto Médio	76	Cruz Alta	380	35	220	212	Ip	8,8
	79	Ijuí	98	79	324	167	API	28,0
	84	Passo Fundo	224	141	515	293	Iap	23,1
	85	Soledade	376	164	73	204	AI	17,2
	86	Tupanciretã	316	— 11	26	110	API	6,7
	97	Montenegro	22	* 63	267	117	Ip	41,3
Enc. Inf. Nord.	*99	Novo Hamburgo	— 79	9	500	143	Ip	158,7
	102	Sta. Cruz do Sul	88	145	400	211	Ip	40,4
	*104	São Leopoldo	— 29	87	755	271	I	31,2
Enc. Sup. Nord.	112	Caxias do Sul	82	145	998	408	I	41,6

(*) ver página 86, linha 13

Cerca de 44 municípios sul-rio-grandenses estão em condições de serem objeto de um estudo geográfico, geo-econômico e geo-político para um possível desdobramento, que permita intensificar o alcance da administração pública. Esta, como já foi dito anteriormente, desenvolve-se melhor dentro de um organismo com células de potencialidade homogênea, evitando, assim, as predominâncias intrínsecas, de certos grupos e zonas na distribuição dos bens públicos.

É necessário observar que os municípios industriais, geralmente densamente povoados, tendem a divorciarem-se do território (*) ex. Novo Hamburgo e São Leopoldo, para se tornarem somente «cidades industriais», isto é, enormes cabeças sem corpo. Havendo uma renda satisfatória, existe a tendência, de subdivisão em micro unidades, uma espécie de feudo de João sem terra, extremamente perigoso em qualquer caso de depressão industrial que leva o município à pronta falência. Por outro lado, tais municípios carecem de fontes de abastecimento próprias, que deveriam ser convenientemente dirigidas a fim de obter uma matéria prima mais barata e própria aos ramos da indústria. Por outro lado, a cidade deve à zona rural a cooperação no seu desenvolvimento, pois é esta que produz as matérias que lhe servem de subsistência. Este benefício deve ser retribuído com medidas que assegurem o desenvolvimento da zona rural, objetivado na construção de estradas, estudo e execução de medidas de conservação do solo, distribuição de silos etc., providências que a renda rural por si só não permite realizar. Pelas razões expostas, evidencia-se o grave prejuízo que traz o divórcio cidade-território para ambas as partes.

Ainda, os municípios «macrocéfalos» requerem cuidado especial. Neste tipo de comuna todas as atividades se limitam a sede, núcleo de um território sem expressão demográfica. O desenvolvimento, territorial destas comunas, por medidas administrativas racionais é uma necessidade premente.

CONCLUSÃO:

Numerosos argumentos poderiam, ainda, ser aduzidos para a tese da homogeneidade da célula administrativa. A teoria da equidade potencial na divisão do território é tão antiga quanto a própria instituição da administração científica e foi objeto de tratados e trabalhos experimentais. É evidente que a existência de municípios muito pequenos, tais como Porto Lucena, Esteio, Flores da Cunha, Roca Sales e Canela, respecti-

vamente 64, 59, 53, 51 e 51% abaixo do normal, e municípios muito grandes, como Pelotas, Rio Grande, Cachoeira do Sul, Caxias do Sul, Santana do Livramento com respectivamente 809, 564, 458, 408 e 402% acima do normal, representam uma anomalia do quadro administrativo, da mesma forma que o muito pobre e o muito rico são uma anomalia social. A frequência elevada dos valores extremos de grande amplitude, é sempre patológica: o normal é a predominância dos valores médios. O fato do Rio Grande do Sul contar, apenas, com 39 municípios de potencial mediano ou sejam menos de 22% do quadro administrativo, constitui, efetivamente, uma situação anormal. Cerca de 23% dos municípios são superpotentes e 55% das comunas têm um potencial abaixo do normal. Haverá paridade de possibilidades entre um município com uma população de 141.510 habitantes, área de 3.115 km² e renda de Cr\$ 68.641.400,00 (Pelotas) e outro com 14.650 habitantes, 32 km² e uma renda de Cr\$ 2.626.650,00 (Esteio). Poderão eles receber o mesmo tratamento político administrativo.

As conclusões do presente trabalho sugerem a apresentação de algumas recomendações de ordem geográfica que podem servir de auxiliar à administração para solução do problema da equipotencialidade da divisão administrativa. Não se pretende recomendar a igualdade municipal, senão a equidade relativa, nem fixar um «mínimo» potencial: o potencial médio varia no tempo com tendência de diminuir em área e aumentar em população e renda. As recomendações de ordem geográfica induzem ao estabelecimento da necessária documentação gráfica, própria para a prática de uma divisão administrativa normal.

Do ponto de vista geográfico, facilitariam os mistérios da divisão administrativa quinque-nal:

a — Sendo a divisão territorial o meio de levar os efeitos da administração à repercussão total, cujo perfeito funcionamento é de interesse a todas as unidades, a administração estadual deve prestar uma ação orientadora, promovendo estudos especializados sobre o quadro territorial, incentivando a subdivisão onde se faz mister e desaconselhando o «minifúndio municipal».

b — Promover o levantamento cartográfico do território do estado, aproveitando, para isto, o material aerofotogramétrico existente, usando os pontos geodésicos já determinados.

c — Revisar e concluir a rede de triangulação e nivelamento de precisão no estado.

d — Aproveitar o material aerofotogramétrico para fins de foto-análise, organizando mapas e estudos geológicos, fotogeográficos e edafológicos sobre o território do estado.

e — Promover o estudo geográfico de cada município por unidade e interações, mediante a organização de monografias.

f — Estabelecer para cada quinquênio, através de pesquisas geográficas, os normais para cada quadro territorial.

g — Promover o estudo geocartográfico das bacias hidrográficas.

h — Organizar um atlas carto-geográfico do Estado do Rio Grande do Sul.

i — Constituir uma comissão de divisão territorial permanente, incumbida de coordenar a documentação necessária e de prestar assistência à Assembléia Legislativa do Estado, composta por representantes das repartições técnicas, tendo no mínimo um terço de seus componentes licenciados em geografia.

É de acreditar-se que, mediante a concretização das providências acima sugeridas, venham ser os poderes legislativo e executivo dotados dos elementos indispensáveis para procederem uma divisão territorial que permita uma ação administrativa de repercussão integral dentro de um organismo de potencialidades equilibradas.



* 1 — O conceito «paisagem» (landscape ou Landschaft) está sendo usado no sentido de «interações naturais e humanas» (paisagem geográfica).

* 2 — Do professor Thofehn: a teoria da relatividade das determinantes Geográficas.

* 3 — Movimento de rotação, corresponde cada revolução a um dia terrestre.

* 4 — Segundo Alfred Hettner, a realidade geográfica é, simultaneamente, um espaço tridimensional, que deve ser examinado de três pontos de vista distintos, a fim de compreender-se o todo. De um ponto de vista, verifica-se a relação das coisas similares (c); do segundo, a evolução no tempo (b); e, do terceiro, o seu arranjo e divisão no espaço (a). A realidade, como um todo, não pode ser enfaixada, inteiramente, nas ciências sistemáticas definidas pe-

los objetos que estudam. Kraft expressou este pensamento mais concisamente, quando disse: «Pedras, plantas, animais e homens, por si só, são objeto de suas próprias ciências, mas somente constituem objeto da geografia quando representam algo de importante, ora característico para a natureza da face da terra».

* 5 — Ponto de transição ou mudança brusca do perfil: do alemão Knickpunkt (ponto de dobra).

* 6 — River cut terrace.

* 7 — River built terrace.

* 8 — Curso efetivo do rio, ou talvez na verdadeira acepção da palavra, fica na planície diluvial, próximo ao dique, e representa o futuro curso do rio quanto se esquivar do dique preenchido.

* 9 — Sem dúvida, há a observar outros fatores, como os pedológicos, os meteorológicos, os da freatologia, etc.

* 10 — Apresentado em 1954, por Hans A. Thofehn.

* 11 — Principalmente levantamentos geológicos, pedológicos e climáticos detalhados.

* 12 — O método não tem aplicação à paisagem geográfica, senão à unidade administrativa e o critério tem características estritamente regionais.

* 13 — A ficção é chamada «terceiro método da cartografia: indução, dedução e ficção», segundo o prof. Dr. Max Eckert.

* 14 — O critério adotado para a classificação da economia dos municípios foi o seguinte:

A = Agrícola (+ de 75%)

P = Pecuária (+ de 75%)

I = Industrial (+ de 75%)

AP = Agro-pecuária (2 fatores superiores a 35% cada um)

AI = Agro-industrial (2 fatores superiores a 35% cada um)

PI = Peco-industrial (2 fatores superiores a 35% cada um)

API = Agro-peco-industrial (3 fatores entre 20% e 50% cada um)

Ap = Agrícola com alguma pecuária (um fator entre 50% e 75% e outro com 20% ou mais)

Ai = Agrícola com alguma indústria (um fator entre 50% e 75% e outro com 20% ou mais)

Api = Agrícola com alguma pecuária e alguma indústria (um fator com 50% ou mais e dois fatores com 20% ou mais).

ÁREA DOS MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO SUL

Média da moda: 1.000 km²

MUNICÍPIOS	Área Km ²	%
Alegrete	7.603	660,3
Livramento	7.365	636,5
São Borja	7.106	610,6
Bagé	6.972	597,2
Cachoeira do Sul	6.581	558,1
Uruguaiana	6.365	536,5
São Gabriel	6.158	515,8
São Lorenzo do Sul	6.157	515,7
Vacaria	6.051	505,1
Santa Vitória do Palmar	5.293	429,3
Itaqui	5.246	424,6
D. Pedrito	5.146	414,6
São Luiz Gonzaga	4.955	395,5
São Francisco de Paula	4.900	390
Santo Ângelo	4.848	384,8
Lagoa Vermelha	4.804	380,4
Cruz Alta	4.799	379,9
Soledade	4.756	375,6
Encruzilhada do Sul	4.685	368,5
Palmeira das Missões	4.290	329
Caçapava do Sul	4.262	326,2
Rosário do Sul	4.259	325,9
Tupanciretã	4.165	316,5
São Francisco de Assis	4.122	312,2
Canguçu	3.809	280,9
Bom Jesus	3.739	273,9
Santiago	3.726	272,6
São Jerônimo	3.533	253,3
Piratini	3.495	249,5
Sarandi	3.489	248,9
Júlio de Castilhos	3.385	238,5
Rio Pardo	3.378	237,8
Santa Maria	3.375	237,5
Erechim	3.316	231,6
Osório	3.253	225,3
Passo Fundo	3.238	223,8
São Sepé	3.191	219,1
Arroio Grande	3.130	213
Pelotas	3.115	211,5
Quaraí	3.013	201,3
Pinheiro Machado	2.995	199,5
Rio Grande	2.937	193,7
Camaquã	2.812	181,2
Erval	2.720	172
Lavras do Sul	2.588	158,8
Cacequi	2.519	151,9
Três Passos	2.315	131,5
Viamão	2.104	110,4
Jaguarão	2.033	103,3

MUNICIPIOS	Área Km2	%
Ijuí	1.982	98,2
Guaíba	1.981	98,1
Santa Cruz do Sul	1.879	87,9
Espumoso	1.850	85
Caxias do Sul	1.825	82,5
Carazinho	1.736	73,6
General Vargas	1.689	68,9
Tapes	1.437	43,7
Guaporé	1.358	35,8
Torres	1.355	35,5
Santo Antônio	1.342	34,2
Encantado	1.336	33,6
Giruá	1.305	30,5
Tenente Portela	1.262	26,2
Montenegro	1.221	22,1
Cerro Largo	1.202	20,2
Nova Prata	1.161	16,1
Três de Maio	1.160	16
Lajeado	1.142	14,2
Sobradinho	1.122	12,2
Horizontina	1.080	8
Santa Rosa	1.075	7,5
Frederico Westphalen	1.052	5,2
São Pedro do Sul	1.043	4,3
Marau	1.042	4,2
Candelária	1.040	4
Iraí	1.038	3,8
São José do Norte	1.033	3,3
Cai	1.030	3
Taguara	977	— 2,3
Sananduva	972	— 2,8
Ibirubá	875	— 12,5
Getúlio Vargas	860	— 14
Gravataí	854	— 14,6
Jaguari	849	— 15,1
Tapejara	836	— 16,4
Veranópolis	832	— 16,8
Panamby	816	— 18,4
Marcelino Ramos	803	— 19
Venâncio Aires	769	— 23,1
Tramão	754	— 24,6
Arroio do Meio	722	— 27,8
São Leopoldo	711	— 28,9
Taquari	711	— 28,9
General Câmara	708	— 29,2
Aratiba	687	— 31,3
Santo Cristo	675	— 32,5
Não Me Toque	667	— 33,3
Garibaldi	602	— 39,8
Casca	587	— 41,3
Criciúma	545	— 45,5
Gaurama	540	— 46

MUNICIPIOS	Area Km2	%
Bento Gonçalves	529	— 47,1
Antônio Prado	527	— 47,3
Pôrto Alegre	522	— 47,8
Estrêla	503	— 49,7
Farroupilha	489	— 51,1
Flôres da Cunha	402	— 59,8
Rolante	395	— 60,5
Nova Petrópolis	389	— 61,1
Tapera	375	— 62,5
Canoas	362	— 63,8
Pôrto Lucena	337	— 66,3
Canela	235	— 76,5
Roca Sales	235	— 76,5
Gramado	215	— 78,5
Novo Oamburgo	213	— 78,7
Sapiranga	192	— 80,8
Esteio	32	— 97,8

POPULAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO SUL EM 1955

Média da moda: 31.000 habitantes

MUNICIPIOS	População	%
Pôrto Alegre	464.140	1.390
Pelotas	141.510	356
Cachoeira do Sul	103.090	232
Erechim	93.640	202
Santa Maria	91.670	196
Rio Grande	86.520	179
Soledade	81.620	164
Caxias do Sul	75.910	145
Santa Cruz do Sul	75.880	145
Passo Fundo	74.920	141
Santo Angelo	70.590	128
Três Passos	70.320	127
Bagé	69.760	125
Lagôa Vermelha	67.950	119

MUNICIPIOS	População	%
Palmeira das Missões	65.330	109
Canguçu	63.370	103
Sarandi	61.680	100
São Leopoldo	58.160	87
Ijuí	55.390	79
São Jerônimo	55.170	78
Lajeado	54.640	76
Uruguaiana	54.160	74
Livramento	53.220	72
Santo Antônio da Patrulha	51.540	66
Santa Rosa	50.790	64
Montenegro	50.540	63
São Luiz Gonzaga	50.110	61
Osório	48.370	56
Alegrete	47.580	53
Vacaria	46.770	51
Canoas	45.160	45
Taquara	44.930	45
Encruzilhada do Sul	43.540	40
Rio Pardo	42.800	38
Cruz Alta	42.140	36
São Borja	41.340	33
São Gabriel	40.800	32
Encantado	39.450	27
Caí	38.760	25
São Francisco de Paula	38.520	24
Carazinho	38.030	22
Camaquã	37.812	22
Guaporé	36.220	17
Venâncio Aires	36.120	17
Caçapava do Sul	35.750	15
Sobradinho	35.590	14
São Lourenço do Sul	34.770	12
Santiago	34.180	10
Frederico Westphalen	34.170	10
Torres	34.000	10
Novo Hamburgo	33.810	9
Nova Prata	31.750	2
Cerro Largo	31.550	2
Três de Maio	31.410	1
Gravataí	30.650	— 1
Iraí	30.540	— 1
Taquari	30.400	— 2
Rosário do Sul	30.380	— 2
Marau	29.680	— 4
Bento Gonçalves	28.420	— 8
Júlio de Castilhos	28.120	— 9
Marcelino Ramos	28.080	— 9
São Sepé	27.730	— 10
Tupanciretã	27.720	— 11
D. Pedrito	27.680	— 11
Tenente Portela	27.330	— 12

RECEITA DOS MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO SUL ARRECADADAS EM 1955

média da moda: Cr\$ 3.500.000,00

MUNICÍPIOS	Renda Cr\$	%
Pôrto Alegre	478.090.283	13.660
Pelotas	68.641.440	1.861
Rio Grande	49.685.859	1.320
Caxias do Sul	38.418.092	998
São Leopoldo	29.928.998	755
Cachoeira do Sul	23.984.256	585
Passo Fundo	21.526.716	515
Novo Hamburgo	21.000.000	500
Santa Maria	21.910.000	526
Livramento	20.967.579	499
Bagé	20.082.869	474
Erechim	18.000.000	414
Santa Cruz do Sul	17.500.000	400
Ijuí	14.823.097	324
Santo Angelo	13.320.000	280
Montenegro	12.873.648	267
São Gabriel	12.848.837	267
Carazinho	12.523.944	258
Uruguaiana	11.988.462	242
Santa Rosa	11.603.197	231
Cruz Alta	11.214.114	220
Canoas	10.800.000	207
Alegrete	10.672.623	205
Lajeado	9.346.822	167
Bento Gonçalves	9.104.484	160
Estréla	8.920.000	154
Venâncio Aires	8.422.283	140
Rio Pardo	8.241.554	135
Guaporé	8.175.216	134
Itosário do Sul	8.145.280	133
Sarandi	8.030.759	129
Camaquã	7.700.000	120
Cai	7.581.187	117
Encantado	7.495.229	114
Taquara	7.200.592	106
Santiago	7.215.267	106
Lagôa Vermelha	7.121.728	103
Osório	7.066.000	102
São Borja	6.969.370	99
São Luiz Gonzaga	6.773.878	94
Vacaria	6.732.805	92
Jaguarão	6.532.127	87
Palmeira das Missões	6.286.308	80
Três Passos	6.245.862	78
Soledade	6.064.414	73
São Lourenço do Sul	6.051.073	73
D. Pedrito	5.885.540	68
Torres	5.762.394	65

MUNICIPIOS	Renda Cr\$	%
Santo Antônio da Patrulha	5.500.000	57
Arroio Grande	5.203.837	49
Marcelino Ramos	5.003.958	43
Nova Prata	5.002.498	43
Guaíba	5.000.000	43
São Francisco de Paula	4.963.395	42
Santa Vitória do Palmar	4.875.377	39
Itaqui	4.806.883	37
Garibaldi	4.779.268	37
Quaraí	4.664.768	33
Canguçu	4.541.921	30
Tupanciretã	4.422.447	26
Júlio de Castilhos	4.401.078	26
Farroupilha	4.394.786	25
Sobradinho	4.338.362	24
São José do Norte	4.244.197	21
Arroio do Meio	4.176.327	19
Sapiranga	4.149.578	19
Getúlio Vargas	4.148.402	19
Taquari	4.066.000	16
São Jerônimo	3.988.308	14
Gravataí	3.947.080	13
Tapes	3.936.480	12
Iraí	3.913.121	12
Caçapava do Sul	3.880.470	11
Encruzilhada do Sul	3.799.172	9
Nova Petrópolis	3.590.597	3
São Sepé	3.553.043	2
Gramado	3.326.707	— 5
Três de Maio	3.304.402	— 6
Lavras do Sul	3.213.851	— 8
Gaurama	3.183.557	— 9
Bom Jesus	3.149.662	— 10
Canela	3.100.000	— 11
Cerro Largo	3.059.177	— 13
Cacequi	3.057.205	— 13
Sananduva	2.899.875	— 17
São Francisco de Assis	2.844.405	— 19
Candelária	2.633.173	— 25
Esteio	2.626.650	— 25
Ibirubá	2.618.190	— 25
Panambi	2.607.770	— 25
Jaguari	2.570.469	— 27
Roca Sales	2.505.457	— 28
Pinheiro Machado	2.472.389	— 29
Veranópolis	2.411.399	— 31
Viamão	2.309.395	— 34
Horizontina	2.292.021	— 35
São Pedro do Sul	2.219.066	— 37
Antônio Prado	2.159.619	— 38
Flôres da Cunha	2.150.000	— 39
Erval	2.135.011	— 39

MUNICIPIOS	Renda Cr\$	%
Criciumal	2.003.935	— 43
Espumoso	2.000.000	— 43
General Vargas	1.969.787	— 44
Piratini	1.946.392	— 44
Não Me Toque	1.901.966	— 46
Tapera	1.885.321	— 46
Rolante	1.866.020	— 47
Casca	1.653.359	— 53
Triunfo	1.611.986	— 54
Marau	1.516.581	— 54
Frederico Westphalen	1.594.084	— 57
General Câmara	1.500.000	— 57
Santo Cristo	1.500.000	— 57
Giruá	1.500.000	— 57
Aratiba	1.500.000	— 57
Pôrto Lucena	1.500.000	— 57
Tenente Portela	1.500.000	— 57
Tapejara	1.500.000	— 57

UNIVERSIDADE FEDERAL DO R. G. SUL
INSTITUTO DE CIÊNCIAS
BIBLIOTECA

POTENCIALIDADE DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, EM 1955

Nº	Municípios	População	Média da Moda 31.000 hab. %	Área km²	Média da Moda 1.000 km² %	Renda Municipal	Média da Moda 3.500 000,00 %	Média das Porcentagens
x1	Osório	48.370	56	3.253	225	7.066.000	102	127
x2	Rio Grande	86.520	179	2.937	194	49.685.859	1.320	564
x3	Sta. Vitória do Palmar	16.350	— 47	5.293	429	4.875.377	39	140
x4	São José do Norte	24.300	— 22	1.033	3	4.244.197	21	1
x5	Torres	34.000	10	1.355	35	5.762.394	65	37
I	Litoral	209.540	35	16.833	177	71.633.827	309	174
x3	Cacequi	16.480	— 47	2.519	152	3.057.205	— 13	31
x7	Cachoeira do Sul	103.090	232	6.581	558	23.984.256	585	458
x8	Canoas	45.160	45	362	— 64	10.800.000	207	63
x9	Esteio	14.650	— 53	32	— 98	2.626.650	— 25	— 59
x10	General Câmara	13.020	— 58	708	— 29	1.500.000	— 57	— 43
x11	General Vargas	16.670	— 46	1.689	69	1.969.787	— 44	7
x12	Gravataí	30.650	— 1	854	— 15	3.947.080	13	3
x13	Guaíba	25.170	— 19	1.981	98	5.000.000	43	41
x14	Porto Alegre	464.140	1.397	522	— 48	478.090.283	13.660	5.003
x15	Rio Pardo	42.800	38	3.378	238	8.241.554	135	137
x16	Santa Maria	91.670	196	3.375	237	21.910.000	526	320
x17	São Jerônimo	55.170	78	3.533	253	3.988.308	14	115
x18	São Pedro do Sul	15.890	— 49	1.043	4	2.219.066	— 37	27
x19	São Sepé	27.730	— 10	3.191	219	3.553.043	2	70
x20	Taquari	30.400	— 2	711	— 29	4.066.000	16	— 5
x21	Triunfo	13.690	— 56	754	— 25	1.611.986	— 54	— 45
x22	Viamão	22.560	— 27	2.104	110	2.309.395	— 34	16
II	Depressão Central	1.028.920	95	33.145	96	578.874.613	879	357
— 23	Cerro Largo	31.550	2	1.202	20	3.059.177	— 13	3
x24	Itaqui	21.090	— 32	5.246	425	4.806.883	37	143
x25	Jaguari	20.720	— 32	849	— 15	2.570.469	— 27	— 25
x26	Santiago	34.180	10	3.726	273	7.215.267	106	130
— 27	Santo Angelo	70.590	128	4.848	385	13.320.000	280	264
x28	São Borja	41.340	33	7.106	611	6.969.370	99	248
x29	São Francisco de Assis	24.500	— 21	4.122	312	2.844.405	— 19	91
x30	São Luiz Gonzaga	50.110	61	4.955	395	6.773.878	94	183
III	Missões	294.080	19	32.044	311	47.559.449	67	130
x31	Alegrete	47.580	53	7.603	660	10.672.623	205	306
x32	Bajé	69.760	125	6.972	597	20.082.869	474	399
x33	D. Pedrito	27.680	— 11	5.146	415	5.885.540	68	157
x34	Quaraí	16.500	— 47	3.013	201	4.664.768	33	62
x35	Rosário do Sul	30.380	— 2	4.259	326	8.145.280	133	152
x36	Santana do Livramento	53.220	72	7.365	636	20.967.579	499	402
x37	São Gabriel	40.800	32	6.158	516	12.848.837	267	272
x38	Uruguaiana	54.160	74	6.365	536	11.988.462	242	284

Colaborações

Nº	Municípios	População	Média da Moda 31.000 hab. %	Área km²	Média da Moda 1.000 km² %	Renda Municipal	Média da Moda 3.500 000,00 %	Média das Porcentagens
IV	Campanha	340.080	37	46.900	486	95.255.958	240	254
39	X Caçapava do Sul	35.750	15	4.262	326	3.880.470	11	117
40	X Canguçu	63.370	103	3.809	281	4.541.921	30	138
41	X Encruzilhada do Sul	43.540	40	4.685	368	3.799.172	9	139
42	X Erval	10.650	— 66	2.720	172	2.135.011	— 39	22
43	X Lavras do Sul	13.210	— 57	2.588	159	3.213.851	— 8	31
44	X Pinheiro Machado	14.780	— 52	2.995	199	2.472.389	— 29	39
45	X Piratini	22.420	— 28	3.495	249	1.946.392	— 44	59
V	Serra do Sudeste	203.720	6	24.554	251	21.989.206	10	78
46	X Arroio Grande	19.450	— 37	3.130	213	5.203.837	49	75
47	X Camaquã	37.812	22	2.812	181	7.700.000	120	108
48	X Jaguarão	18.080	— 42	2.033	103	6.532.127	87	49
49	X Pelotas	141.510	356	3.115	211	68.641.440	1.861	809
50	X São Lourenço do Sul	34.770	12	6.157	516	6.051.073	73	200
51	X Tapes	24.920	— 19	1.437	44	3.936.480	12	12
VI	Encosta do Sudeste	276.090	49	15.048	211	98.064.957	367	210
52	Aratiba	25.100	— 19	687	— 31	1.500.000	— 57	— 36
53	Criciúma	25.650	— 17	545	— 45	2.003.935	— 43	— 35
54	Érechim	93.640	202	3.316	232	18.000.000	414	282
55	Frederico Westphalen	34.170	10	1.052	5	1.594.084	— 57	— 14
56	Gaurama	18.030	— 42	540	— 46	3.183.557	— 9	— 32
57	Getúlio Vargas	24.590	— 21	860	— 14	4.148.402	19	— 5
58	Giruá	24.650	— 20	1.305	30	1.500.000	— 57	— 16
59	Horizontina	23.700	— 24	1.080	8	2.292.021	— 35	— 17
60	Ivaí	30.540	— 1	1.038	4	3.913.121	12	5
61	Marcelino Ramos	28.080	— 9	803	— 19	5.003.958	43	5
62	Palmeira das Missões	65.330	109	4.290	329	6.286.308	80	173
63	Pórtio Lucena	9.980	— 68	377	— 66	1.500.000	— 57	— 64
64	Santa Rosa	59.790	64	1.075	7	11.603.197	231	101
65	Sarandi	61.680	100	3.489	249	8.030.759	129	159
66	Santo Cristo	25.670	— 16	675	— 32	1.500.000	— 57	— 35
67	Tenente Portela	27.330	— 12	1.262	26	1.500.000	— 57	— 14
68	Três de Maio	31.410	1	1.160	16	3.304.402	— 6	3
69	Três Passos	70.320	127	2.315	131	6.245.862	78	112
VII	Alto Uruguai	670.570	20	25.312	44	81.609.606	32	32
70	Bom Jesus	17.770	— 43	3.739	274	3.149.662	— 10	74
71	Lagôa Vermelha	67.950	119	4.804	380	7.121.728	103	201
72	Sananduva	25.590	— 18	972	— 3	2.899.875	— 17	— 13
73	São Francisco de Paula	38.520	24	4.900	390	4.963.395	42	152
74	Vacaria	46.770	51	6.051	505	6.732.805	92	216
VIII	Campos Cima da Serra	196.600	27	20.466	309	24.867.465	42	126
75	Carazinho	38.030	22	1.736	74	12.523.944	258	118

Nº	Municípios	População	Média da Moda hab. %	Área km²	Média da Moda 1.000 km² %	Renda Municipal	Média da Moda 3.500 000,00 %	Média das Percen- tagens
76	Cruz Alta	42.140	35	4.799	380	11.214.114	220	212
77	Espumoso	22.970	— 26	1.850	85	2.000.000	— 43	5
78	Ibirubá	18.550	— 40	875	— 12	2.618.190	— 25	— 26
79	Ijuí	55.390	79	1.982	98	14.823.097	324	167
80	Júlio de Castilhos	28.120	— 9	3.385	238	4.401.078	26	85
81	Marau	29.680	— 4	1.041	4	1.516.581	— 54	— 18
82	Não Me Toque	14.000	— 55	687	— 33	1.901.966	— 46	— 45
83	Panambi	17.620	— 43	816	— 18	2.607.770	— 25	— 29
84	Passo Fundo	74.920	141	3.238	224	21.526.716	515	293
85	Soledade	81.620	164	4.756	376	6.064.414	73	204
86	Tapejara	22.840	— 26	836	— 16	1.500.000	— 57	— 33
87	Tapera	10.780	— 65	375	— 62	1.885.321	— 46	— 58
88	Tupanciretã	27.720	— 11	4.165	316	4.422.447	26	110
X	Planalto Médio	484.380	12	30.502	118	89.005.638	82	73
89	Arroio do Meio	26.150	— 12	722	— 28	4.176.327	19	— 7
90	Caí	38.760	25	1.030	3	7.581.187	117	48
91	Candelária	24.120	— 22	1.040	4	2.633.173	— 25	— 14
92	Canela	10.470	— 66	235	— 76	3.100.000	— 11	— 51
93	Encantado	39.450	27	1.336	34	7.495.229	114	58
94	Estréla	18.710	— 40	503	— 50	8.920.000	154	21
95	Gramado	11.400	— 63	215	— 78	3.326.707	— 5	— 49
96	Lajeado	54.640	76	1.142	14	9.346.822	167	86
97	Montenegro	50.540	63	1.221	22	12.873.648	267	117
98	Nova Petrópolis	13.590	— 56	389	— 61	3.590.597	3	— 38
99	Novo Hamburgo	33.810	9	213	— 79	21.000.000	500	143
100	Roca Sales	15.590	— 50	235	— 76	2.505.457	— 28	— 51
101	Rolante	18.640	— 40	395	— 60	1.866.020	— 47	— 49
102	Santa Cruz do Sul	75.880	145	1.879	88	17.500.000	400	211
103	Santo Antônio	51.540	66	1.342	34	5.500.000	57	52
104	São Leopoldo	58.160	87	711	— 29	29.928.998	755	271
105	Sapiranga	8.510	— 73	192	— 80	4.149.578	19	— 45
106	Sobradinho	35.590	14	1.122	12	4.338.362	24	17
107	Taquara	44.930	45	977	— 2	7.200.592	106	50
108	Venâncio Aires	36.120	17	769	— 23	8.422.282	140	45
X	Encosta Inf. Nordeste	666.600	8	15.698	22	102.231.290	136	41
109	Antônio Prado	13.030	— 58	527	— 47	2.159.619	— 38	— 48
110	Bento Gonçalves	28.420	— 8	529	— 47	9.104.484	160	35
111	Casca	14.870	— 52	587	— 41	1.653.359	— 53	— 49
112	Caxias do Sul	75.910	145	1.825	82	38.418.092	998	408
113	Farroupilha	14.350	— 54	489	— 51	4.394.786	25	— 27
114	Flôres da Cunha	12.150	— 61	402	— 60	2.150.000	— 39	— 53
115	Garibaldi	24.410	— 21	602	— 40	4.779.268	37	— 8
116	Guaporé	36.220	17	1.358	36	8.175.216	134	62
117	Nova Prata	31.750	2	1.161	16	5.002.498	43	20
118	Veranópolis	23.310	— 25	832	— 17	2.411.399	— 31	— 24
XI	Encosta Sup. Nordeste	274.420	— 12	8.313	— 17	78.248.721	124	32

POTENCIALIDADE DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, EM 1955

Nº	Municípios	População	Média da Moda 31.000 hab. %	Área km²	Média da Moda 1.000 km² %	Renda Municipal	Média da Moda 3.500 000,00 %	Média das Porcentagens
1	Osório	48.370	56	3.253	225	7.066.000	102	127
2	Rio Grande	86.520	179	2.937	194	49.685.859	1.320	564
3	Sta. Vitória do Palmar	16.350	— 47	5.293	429	4.875.377	39	140
4	São José do Norte	24.300	— 22	1.033	3	4.244.197	21	1
5	Torres	34.000	10	1.355	35	5.762.394	65	37
I	Litoral	209.540	35	16.833	177	71.633.827	309	174
6	Cacequi	16.480	— 47	2.519	152	3.057.205	— 13	31
7	Cachoeira do Sul	103.090	232	6.581	558	23.984.256	585	458
8	Canoas	45.160	45	362	— 64	10.800.000	207	63
9	Esteio	14.650	— 53	32	— 98	2.626.650	— 25	— 59
10	General Câmara	13.020	— 58	708	— 29	1.500.000	— 57	— 43
11	General Vargas	16.670	— 46	1.689	69	1.969.787	— 44	7
12	Gravataí	30.650	— 1	854	— 15	3.947.080	13	3
13	Guaíba	25.170	— 19	1.981	98	5.000.000	43	41
14	Porto Alegre	464.140	1.397	522	— 48	478.090.283	13.660	5.003
15	Rio Pardo	42.800	38	3.378	238	8.241.554	135	137
16	Santa Maria	91.670	196	3.375	237	21.910.000	526	320
17	São Jerônimo	55.170	78	3.533	253	3.988.308	14	115
18	São Pedro do Sul	15.890	— 49	1.043	4	2.219.066	— 37	27
19	São Sepé	27.730	— 10	3.191	219	3.553.043	2	70
20	Taquari	30.400	— 2	711	— 29	4.066.000	16	— 5
21	Triunfo	13.690	— 56	754	— 25	1.611.986	— 54	— 45
22	Viamão	22.560	— 27	2.104	110	2.309.395	— 34	16
II	Depressão Central	1.028.920	95	33.145	96	578.874.613	879	357
23	Cerro Largo	31.550	2	1.202	20	3.059.177	— 13	3
24	Itaqui	21.090	— 32	5.246	425	4.806.883	37	143
25	Jaguari	20.720	— 32	849	— 15	2.570.469	— 27	— 25
26	Santiago	34.180	10	3.726	273	7.215.267	106	130
27	Santo Angelo	70.590	128	4.848	385	13.320.000	280	264
28	São Borja	41.340	33	7.106	611	6.969.370	99	248
29	São Francisco de Assis	24.500	— 21	4.122	312	2.844.405	— 19	91
30	São Luiz Gonzaga	50.110	61	4.955	395	6.773.878	94	183
III	Missões	294.080	19	32.044	311	47.559.449	67	130
31	Alegrete	47.580	53	7.603	660	10.672.623	205	306
32	Bajé	69.760	125	6.972	597	20.082.869	474	399
33	D. Pedrito	27.680	— 11	5.146	415	5.885.540	68	157
34	Quaraí	16.500	— 47	3.013	201	4.664.768	33	62
35	Rosário do Sul	30.380	— 2	4.259	326	8.145.280	133	152
36	Santana do Livramento	53.220	72	7.365	636	20.967.579	499	402
37	São Gabriel	40.800	32	6.158	516	12.848.837	267	272
38	Uruguaiana	54.160	74	6.365	536	11.988.462	242	284

Colaborações

Nº	Municípios	População	Média da Moda 31.000 hab. %	Área km²	Média da Moda 1.000 km² %	Renda Municipal	Média da Moda 3.500 000,00 %	Média das Porcentagens
IV	Campanha	340.080	37	46.900	486	95.255.958	240	254
39	X Caçapava do Sul	35.750	15	4.262	326	3.880.470	11	117
40	X Canguçu	63.370	103	3.809	281	4.541.921	30	138
41	X Encruzilhada do Sul	43.540	40	4.685	368	3.799.172	9	139
42	X Erval	10.650	— 66	2.720	172	2.135.011	— 39	22
43	X Lavras do Sul	13.210	— 57	2.588	159	3.213.851	— 8	31
44	X Pinheiro Machado	14.780	— 52	2.995	199	2.472.389	— 29	39
45	X Piratini	22.420	— 28	3.495	249	1.946.392	— 44	59
V	Serra do Sudeste	203.720	6	24.554	251	21.989.206	10	78
46	X Arroio Grande	19.450	— 37	3.130	213	5.203.837	49	75
47	X Camaquã	37.812	22	2.812	181	7.700.000	120	108
48	X Jaguarão	18.080	— 42	2.033	103	6.532.127	87	49
49	X Pelotas	141.510	356	3.115	211	68.641.440	1.561	809
50	X São Lourenço do Sul	34.770	12	6.157	516	6.051.073	73	200
51	X Tapes	24.920	— 19	1.437	44	3.936.480	12	12
VI	Encosta do Sudeste	276.090	49	15.048	211	98.064.957	367	210
52	Aratiba	25.100	— 19	687	— 31	1.500.000	— 57	— 36
53	Criciúma	25.650	— 17	545	— 45	2.003.935	— 43	— 35
54	Érechim	93.640	202	3.316	232	18.000.000	414	282
55	Frederico Westphalen	34.170	10	1.052	5	1.594.084	— 57	— 14
56	Gaurama	18.030	— 42	540	— 46	3.183.557	— 9	— 32
57	Getúlio Vargas	24.590	— 21	860	— 14	4.148.402	19	— 5
58	Giruá	24.650	— 20	1.305	30	1.500.000	— 57	— 16
59	Horizontina	23.700	— 24	1.080	8	2.292.021	— 35	— 17
60	Icaí	30.540	— 1	1.038	4	3.913.121	12	5
61	Marcelino Ramos	28.080	— 9	803	— 19	5.003.958	43	5
62	Palmeira das Missões	65.330	109	4.290	329	6.286.308	80	173
63	Pôrto Lucena	9.980	— 68	377	— 66	1.500.000	— 57	— 64
64	Santa Rosa	50.790	64	1.075	7	11.603.197	231	101
65	Sarandi	61.680	100	3.489	249	8.030.759	129	159
66	Santo Cristo	25.670	— 16	675	— 32	1.500.000	— 57	— 35
67	Tenente Portela	27.330	— 12	1.262	26	1.500.000	— 57	— 14
68	Três de Maio	31.410	1	1.160	16	3.304.402	— 6	3
69	Três Passos	70.320	127	2.315	131	6.245.862	78	112
VII	Alto Uruguai	670.570	20	25.312	44	81.609.606	32	32
70	Bom Jesus	17.770	— 43	3.739	274	3.149.662	— 10	74
71	Lagôa Vermelha	67.950	119	4.804	380	7.121.728	103	201
72	Sananduva	25.590	— 18	972	— 3	2.899.875	— 17	— 13
73	São Francisco de Paula	38.520	24	4.900	390	4.963.395	42	152
74	Vacaria	46.770	51	6.051	505	6.732.805	92	216
VIII	Campos Cima da Serra	196.600	27	20.466	309	24.867.465	42	126
75	Carazinho	38.030	22	1.736	74	12.523.944	258	118

Nº	Municípios	População	Média da Moda hab. %	Área km²	Média da Moda 1.000 km² %	Renda Municipal	Média da Moda 3.500 000,00 %	Média das Porcentagens
76	Cruz Alta	42.140	35	4.799	380	11.214.114	220	212
77	Espumoso	22.970	— 26	1.850	85	2.000.000	— 43	5
78	Ibirubá	18.550	— 40	875	— 12	2.618.190	— 25	— 26
79	Ijuí	55.390	79	1.982	98	14.823.097	324	167
80	Júlio de Castilhos	28.120	— 9	3.385	238	4.401.078	26	85
81	Marau	29.680	— 4	1.041	4	1.516.581	— 54	— 18
82	Não Me Toque	14.000	— 55	667	— 33	1.901.966	— 46	— 45
83	Panambi	17.620	— 43	816	— 18	2.607.770	— 25	— 29
84	Passo Fundo	74.920	141	3.238	224	21.526.716	515	293
85	Soledade	81.620	164	4.756	376	6.064.414	73	204
86	Tapejara	22.840	— 26	836	— 16	1.500.000	— 57	— 33
87	Tapera	10.780	— 65	375	— 62	1.885.321	— 46	— 58
88	Tupanciretã	27.720	— 11	4.165	316	4.422.447	26	110
X	Planalto Médio	484.380	12	30.502	118	89.005.638	82	73
89	Arroio do Meio	26.150	— 12	722	— 28	4.176.327	19	— 7
90	Caí	38.760	25	1.030	3	7.581.187	117	48
91	Candelária	24.120	— 22	1.040	4	2.633.173	— 25	— 14
92	Canela	10.470	— 66	235	— 76	3.100.000	— 11	— 51
93	Encantado	39.430	27	1.338	34	7.495.229	114	58
94	Estréla	18.710	— 40	503	— 50	8.920.000	154	21
95	Gramado	11.400	— 63	215	— 78	3.326.707	— 5	— 49
96	Lajeado	54.640	76	1.142	14	9.346.822	167	86
97	Montenegro	50.540	63	1.221	22	12.873.648	267	117
98	Nova Petrópolis	13.590	— 56	389	— 61	3.590.597	3	— 38
99	Novo Hamburgo	33.810	9	213	— 79	21.000.000	500	143
100	Roca Sales	15.590	— 50	235	— 76	2.505.457	— 28	— 51
101	Rolante	18.640	— 40	395	— 60	1.866.020	— 47	— 49
102	Santa Cruz do Sul	75.880	145	1.879	88	17.500.000	400	211
103	Santo Antônio	51.540	66	1.342	34	5.500.000	57	52
104	São Leopoldo	58.160	87	711	— 29	29.928.988	755	271
105	Sapiranga	8.510	— 73	192	— 80	4.149.578	19	— 45
106	Sobradinho	35.590	14	1.122	12	4.338.362	24	17
107	Taquara	44.930	45	977	— 2	7.200.592	106	50
108	Venâncio Aires	36.120	17	769	— 23	8.422.282	140	45
X	Encosta Inf. Nordeste	666.600	8	15.698	22	102.231.290	136	41
109	Antônio Prado	13.030	— 58	527	— 47	2.159.619	— 38	— 48
110	Bento Gonçalves	28.420	— 8	529	— 47	9.104.484	160	35
111	Casca	14.870	— 52	587	— 41	1.653.359	— 53	— 49
112	Caxias do Sul	75.910	145	1.825	82	38.418.092	998	408
113	Farroupilha	14.350	— 54	489	— 51	4.394.786	25	— 27
114	Flôres da Cunha	12.150	— 61	402	— 60	2.150.000	— 39	— 53
115	Garibaldi	24.410	— 21	602	— 40	4.779.268	37	— 8
116	Guaporé	36.220	17	1.358	36	8.175.216	134	62
117	Nova Prata	31.750	2	1.161	16	5.002.498	43	20
118	Veranópolis	23.310	— 25	832	— 17	2.411.399	— 31	— 24
XI	Encosta Sup. Nordeste	274.420	— 12	8.313	— 17	78.248.721	124	32

VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA, PECUÁRIA E INDUSTRIAL DOS MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO SUL EM 1955 E PERCENTAGENS SOBRE O TOTAL CADA MUNICÍPIO

N.º	Municípios	Valor da Produção Agrícola (Cr\$ 1.000)	% Sô- bre To- tal do Mu- neci- pio	Valor da Produção Pecuária (Cr\$ 1.000)	% Sô- bre To- tal do Mu- neci- pio	Valor da Produção Industrial (Cr\$ 1.000)	% Sô- bre To- tal do Mu- neci- pio	Total (Cr\$ 1.000)	Classifi- cação
1	Osório	170.245	50	84.671	25	85.407	25	340.323	Api
2	Rio Grande	127.191	4	744.713	22	2.440.947	74	3.312.851	Ip
3	S. Vitória Palmar	33.664	21	125.736	77	4.469	2	163.869	P
4	São José do Norte	210.391	86	16.436	7	17.198	7	244.025	A
5	Torres	17.631	44	13.800	34	8.737	22	40.168	API
I	Litoral	559.124		985.356		2.556.758			
6	Cacequi	68.307	43	16.357	10	73.924	47	158.588	AI
7	Cachoeira do Sul	645.996	51	96.985	8	529.365	41	1.271.346	AI
8	Canoas	20.472	2	325.627	34	606.497	64	952.596	Ip
9	Esteio	18.915	5	11.695	4	287.944	91	318.554	I
10	Gal. Câmara	36.609	73	9.886	20	3.785	7	50.280	Ap
11	Gal. Vargas	52.080	61	9.246	11	24.127	28	85.453	AI
12	Gravataí	29.707	17	96.278	55	50.502	28	176.487	PI
13	Guafra	181.027	31	65.518	11	342.681	58	589.226	Ia
14	Porto Alegre	27.216	1	118.659	1	7.477.505	98	7.623.380	I
15	Rio Pardo	218.746	50	25.624	6	194.539	44	438.909	AI
16	Santa Maria	159.586	28	89.881	16	326.249	56	575.716	Ia
17	São Jerônimo	121.735	20	43.202	7	454.181	73	619.118	Ia
18	S. Pedro do Sul	43.428	44	8.430	9	45.322	47	97.180	IA
19	São Sepé	245.773	68	21.205	6	92.883	26	359.861	AI
20	Taquari	103.802	29	112.714	32	135.780	39	352.296	API
21	Triunfo	35.639	67	6.393	12	11.401	21	53.433	AI
22	Viamão	124.699	79	13.108	8	20.535	13	158.342	A
II	Depressão Central	2.133.737		1.070.808		10.677.220			
23	Cerro Largo	64.635	58	27.222	25	18.530	17	110.387	Ap
24	Itaqui	105.993	48	65.566	30	49.517	22	221.076	API
25	Jaguari	71.100	40	6.538	4	98.441	56	176.079	AI
26	Santiago	52.677	42	54.985	44	17.626	14	125.288	AP
27	Santo Angelo	93.904	22	53.688	13	275.872	65	423.464	Ia
28	São Borja	150.759	51	53.720	18	82.235	28	296.714	AI
29	S. Franc. Assis	80.159	69	21.253	18	15.272	13	116.684	A
30	S. Luiz Gonzaga	172.369	59	72.599	25	49.349	16	294.317	AI
III	Missões	791.596		360.571		606.842			
31	Alegrete	162.061	36	189.964	43	91.540	21	443.565	API
32	Bagé	209.840	14	670.640	44	636.250	42	1.516.730	PI
33	Dom Pedrito	97.897	23	229.055	53	100.596	24	427.548	Pal
34	Livramento	102.888	8	623.814	52	479.444	40	1.206.146	PI
35	Quaraí	17.255	12	103.903	77	13.534	10	134.692	P
36	Rosário do Sul	118.350	14	386.456	46	329.610	39	834.416	PI
37	São Gabriel	264.060	42	150.357	24	219.791	34	634.208	API

Colaborações

N.º	Municípios	Valor da Produção Agrícola (Cr\$ 1.000)	% Sô- bre To- tal do Mu- ni- cípio	Valor da Produção Pecuária (Cr\$ 1.000)	% Sô- bre To- tal do Mu- ni- cípio	Valor da Produção Industrial (Cr\$ 1.000)	% Sô- bre To- tal do Mu- ni- cípio	Total (Cr\$ 1.000)	Classifi- cação
38	Uruguaiana	155.891	21	328.189	44	258.054	35	742.134	API
IV	Campanha	1.128.242		2.632.378		2.128.819			
39	Caçapava do Sul	259.959	76	45.137	13	36.417	11	341.513	A
40	Canguçu	337.745	85	31.118	8	28.748	7	397.611	A
41	Encruzilhada Sul	399.474	85	36.152	8	34.274	7	469.900	A
42	Erval	14.167	17	66.208	82	672	1	81.047	P
43	Lavras do Sul	104.760	68	41.635	27	6.801	4	153.196	Ap
44	Pinheiro Machado	18.545	22	67.553	74	4.061	4	90.159	Pa
45	Piratini	52.762	61	27.535	32	6.020	7	86.317	Ap
V	Serra do Sudeste	1.187.412		315.338		116.993			
46	Arroio Grande	198.585	58	65.588	19	78.953	23	343.126	Ai
47	Camapuã	305.214	60	23.981	5	182.732	35	511.927	Ai
48	Jaguarão	83.657	26	116.964	37	118.929	37	319.550	API
49	Pelotas	160.918	7	456.748	17	2.121.477	76	2.739.143	I
50	S. Lourenço Sul	243.234	50	102.263	21	139.432	29	484.929	Aip
51	Tapes	147.357	39	9.550	2	223.618	59	380.525	Ia
VI	Encosta Sudeste	1.138.965		775.094		2.865.141			
52	Aratiba	25.788	20	76.470	60	23.833	20	126.091	Pai
53	Criciúma	24.397	36	13.347	20	29.601	40	67.345	API
54	Erechim	85.974	11	254.911	31	472.633	58	813.518	Ip
55	Fred. Westphalen	109.240	60	22.280	12	49.019	28	180.539	Ai
56	Gaurama	25.788	12	76.470	25	116.137	53	218.395	Ip
57	Getúlio Vargas	201.000	47	47.344	11	183.842	42	432.186	AI
58	Giruá	101.036	61	40.578	25	23.995	14	165.609	Ap
59	Horizontina	77.560	61	27.156	21	22.996	18	127.712	Ap
60	Iraí	28.529	48	9.588	16	21.018	36	59.135	AI
61	Marcelino Ramos	72.702	51	6.635	5	62.481	44	141.818	AI
62	Palmeira Missões	202.183	65	39.085	13	68.344	22	309.612	Ai
63	Pôrto Lucena	38.780	67	13.578	23	5.651	10	58.009	Ap
64	Santa Rosa	193.908	50	67.890	18	125.405	32	387.203	Ai
65	Sarandi	362.498	58	78.945	13	183.750	29	625.193	AI
66	Santo Cristo	77.560	64	27.156	22	16.350	14	121.066	Ap
67	Tte. Portela	24.397	43	13.347	24	18.595	33	56.338	API
68	Três de Maio	110.129	44	53.769	22	83.517	34	247.415	API
69	Três Passos	292.772	50	160.167	28	128.170	22	581.109	Api
VII	Alto Uruguai	2.054.241		1.028.716		1.635.336			
70	Bom Jesus	7.736	4	26.376	14	154.040	82	188.152	I
71	Lagôa Vermelha	603.140	68	68.290	8	215.852	24	887.282	Ai
72	Sananduva	180.939	64	20.487	7	80.926	29	282.353	AI
73	S. Francisco Paula	42.151	16	40.411	15	180.254	69	262.816	Ia
74	Vacaria	165.208	43	39.853	10	178.928	47	383.989	AI
VIII	Camp. Cima Serra	999.174		195.417		806.000			
75	Carazinho	340.856	53	53.939	8	246.015	38	640.810	AI

Colaborações

N.º	Municípios	Valor da Produção Agrícola (Cr\$ 1.000)	% Sô- bre To- tal do Mu- nici- pio-	Valor da Produção Pecuária (Cr\$ 1.000)	% Sô- bre To- tal do Mu- nici- pio-	Valor da Produção Industrial (Cr\$ 1.000)	% Sô- bre To- tal do Mu- nici- pio-	Total (Cr\$ 1.000)	Classifi- cação
76	Cruz Alta	61.032	18	95.003	28	179.957	54	335.993	ip
77	Espumoso	76.634	78	5.775	6	15.555	16	97.964	A
78	Ibirubá	36.618	22	57.000	35	70.809	43	164.227	API
79	Ijuí	286.273	29	270.047	27	429.661	44	985.981	API
80	Júlio de Castilhos	206.661	38	172.355	32	166.762	30	545.778	API
81	Marau	74.122	21	70.316	20	208.659	59	353.097	Iap
82	Não Me Toque	227.234	80	35.956	13	20.606	7	283.796	A
83	Panambi	62.751	41	28.771	19	59.783	40	151.305	AI
84	Passo Fundo	196.422	22	229.372	26	458.681	52	884.475	Iap
85	Soledade	223.911	71	17.327	5	75.780	24	317.018	AI
86	Tapejara	106.369	42	77.369	31	69.896	27	253.634	API
87	Tapera	227.234	71	35.956	11	58.909	18	319.999	AI
88	Tupanciretã	50.848	18	124.332	43	110.444	39	285.624	PI
IX	Planalto Médio	2.176.966		1.273.518		2.169.217			
89	Arroio do Meio	140.356	37	125.481	34	108.529	29	374.366	API
90	Caí	117.033	27	125.604	29	794.761	44	437.398	API
91	Candelária	106.901	67	17.924	11	34.309	22	159.134	AI
92	Canela	6.797	6	5.849	5	100.675	89	113.321	I
93	Encantado	96.833	15	207.644	33	322.598	52	627.075	Ip
94	Estrêla	156.716	30	204.174	38	169.196	32	530.086	API
95	Gramado	10.865	14	18.055	23	50.917	63	79.837	Ip
96	Lajeado	554.505	53	147.816	14	348.197	33	1.050.518	AI
97	Montenegro	144.481	18	234.031	30	410.540	52	789.053	Ip
98	Nova Petrópolis	27.869	32	23.887	28	34.338	40	86.094	API
99	Novo Hamburgo	10.204	1	96.054	7	1.349.598	92	1.455.856	I
100	Roca Sales	39.179	16	51.043	21	147.721	62	237.943	Ip
101	Rolante	75.654	56	20.980	15	38.888	29	135.522	AI
102	Santa Cruz do Sul	132.617	11	136.842	12	912.581	77	1.182.040	I
103	Santo Antônio	189.146	49	32.456	14	143.962	37	385.564	AI
104	São Leopoldo	92.687	6	57.310	3	1.505.973	91	1.655.970	I
105	Sapiranga	26.480	11	16.374	7	187.419	81	230.273	I
106	Sobradinho	73.923	48	33.233	21	46.959	31	154.105	API
107	Taquara	65.194	16	108.330	26	244.583	58	418.107	Ip
108	Venâncio Aires	163.799	33	39.919	8	297.747	59	501.465	Ia
X	Encosta Inf. Nord.	2.231.240		1.722.998		6.649.491			
109	Antônio Prado	84.108	51	21.860	13	60.513	36	166.481	AI
110	Bento Gonçalves	151.246	26	25.938	5	394.003	69	571.187	Ia
111	Casca	138.186	49	112.647	40	32.531	11	283.364	AP
112	Caxias do Sul	179.826	8	211.232	10	1.791.648	82	2.182.706	I
113	Farroupilha	107.939	35	41.915	13	156.652	52	306.506	Ia
114	Flôres da Cunha	104.404	51	12.028	6	90.710	43	207.142	AI
115	Garibaldi	169.749	38	28.901	7	243.274	55	441.924	AI
116	Guaporé	276.374	27	225.294	22	529.703	51	1.031.371	Iap
117	Nova Prata	256.721	44	126.521	22	196.491	34	579.733	API
118	Veranópolis	93.703	30	72.353	23	150.744	47	316.800	API
XI	Enc. Sup. Nord.	1.562.256		878.689		3.646.269			